



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora  
2019



2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
<a href="#">Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
<a href="#">Kátia Sausen da Motta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Luciana de Moraes Trombeta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
MEDIAÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
<a href="#">Priscila Lopes d'Avila Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
<a href="#">Angélica Szeremeta</a>	
<a href="#">Alfredo Cesar Antunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
“O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO”. CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL “A LIBERDADE”	
<a href="#">Mariana Nunes de Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
<a href="#">Bianca Racca Musy</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Rosimeire Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925048</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>83</b>
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>147</b>
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>156</b>
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
<a href="#">Pedro Nogueira da Gama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
<a href="#">Bruno Tavares Magalhães Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>204</b>
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
<a href="#">Cícero Joaquim dos Santos</a>	
<a href="#">Rafael Gonçalves de Araújo</a>	
<a href="#">Antônio Carlos Dias de Oliveira</a>	
<a href="#">Teófilo Silva Primo Correia</a>	
<a href="#">Zuleide Fernandes de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
<a href="#">George Vidipó</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
<a href="#">Glauco José Costa Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>231</b>

## O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE

**José Antonio de Andrade**

Centro Universitário São Camilo de Lellis  
Faculdade de História  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**José Carlos Correia Cardoso Júnior**

Universidade São Camilo de Lellis, Faculdade de  
História  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**Rafael Magalhães Costa**

Universidade São Camilo de Lellis, Faculdade de  
História  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo expor os fatos e acontecimentos que foram determinantes ao fim do sistema feudal existente na Europa que vigorara do século V ao XV, e que levou ao surgimento de novas formas de contratos que, por fim, originou o capitalismo e o que chamamos de renascimento. Partindo desta idéia de mercado e observando a questão monetária, entender a formação dos estados absolutos e suas atribuições, como se comportou a sociedade europeia da época, bem como seu desenvolvimento e o que levou a novos rumos e novas terras, que daí então novas civilizações. E por fim, refletir sobre a formação destas comunidades, que baseadas na escravatura, acabam perpetuando esse sistema, transformando-o em um racismo

cultural, fundamental a corrupção.

**PALAVRAS CHAVE:** Renascimento; Estado Absoluto; Corrupção.

**ABSTRACT:** The present work aims at exposing the facts and events that are decisive for the end of the feudal system that existed in Europe from the fifth to the fifteenth century, and that was launched at the emergence of new forms of contracts, finally, origin or capitalism and what we call it rebirth. Starting from this idea of the market and observing a monetary question, understanding a formation of the absolute states and their attributions, as behaved the European society of the time, as well as its development and what led to new directions and new lands, that is from new civilizations. And finally, to reflect on a formation of the communities, that based on the slavery, end up perpetuating this system, turning it into a cultural racism, fundamental the corruption.

**KEYWORDS:** Rebirth; Absolute State; Corruption.

### 1 | INTRODUÇÃO

Ao debruçarmos sobre a lente histórica e voltar nossos olhares para o nicho entre os séculos XV ao XVI, temos a oportunidade de observar um período de vivaz transição nos



mais diversos campos que norteiam a vida da sociedade europeia de então. Em tal período, os códigos de honra cavaleiresca sede lugar a pujança de intento burguês.

O renascimento, como ficaria conhecido este período, assim chamado, pois neste decorrer a Europa, inicia o fim de mais de um milênio do modo de produção feudal com viscerais ligações com o catolicismo, teoria essa que tolhia a reprodução do conhecimento além dos mosteiros bem como das manifestações culturais independentes. Quando este movimento surge, passa a negar toda a subjugação do pensamento, no entanto não se nega a Deus, e se volta ao clássico do passado grego e romano, então renascimento como humanismo, pois tirara Deus do controle excessivo de tudo e libertava o Homem ao pensamento e ao contato com o mais sublime da natureza, ele próprio.

Desenvolve-se então, de forma concreta e lesta no seio da sociedade, administrações setorizadas como: econômica, política e de natureza mercadológica, sendo este o motivo a considerar o renascimento o germen do novo sistema que viria o capitalismo e o despertar do pensamento racionalista, que transfere do divino para o humano inúmeras responsabilidades e prazeres que, numa visão antropocêntrica e individualizada, o Homem passa a ocupar o centro do pensamento e priorizar as políticas desenvolvidas. Partindo destas premissas, tendo como ponto observação a obra de Nicolau Sevcenko podemos razoar sobre esse período histórico, de forma estruturada e discorrer entre suas mais diferenciadas vertentes.

## 2 | O RENASCIMENTO

E necessário para um bom entendimento deste processo do qual discorreremos a seguir, antes entender o contexto histórico geral, quais acontecimentos foram de certa forma responsáveis para o surgimento de uma nova e diferente dinâmica na sociedade europeia daquele tempo. Entender quais seriam as suas necessidades, despido de anacronismos e com o olhar criterioso na busca dos resultados alcançados pela dinâmica anterior bem como onde ela já não mais supria as lacunas que aparecem numa sociedade que entra em “ebulição” ante a falência de tipos de contratos e o surgir de novos outros.

E interessante a observação de que todo processo de transição de sistemas sociais cause turbulências e conflitos em escalas e termos de grau considerável, no entanto, tudo isso, consideremos, estava sim, incluso no referido processo, porém neste caso, tudo acontece a modificar toda a sociedade, até mesmo a nobreza que, em tese foi a prejudicada já se acomodava dentre das condições do comércio, tais conflitos não chegam a ser condicionante a uma ruptura entre as novas idéias. Outro fator de igual importância nestes acontecimentos é o fato de que, esses novos ares trouxeram consigo frescor as tensões das massas desfavorecidas pela vacância do sistema anterior, bem como novidades que se vertem ao consumo, que mesmo quem

não poderia possuí-las, nutria o sonho de tê-las, o que provoca uma acomodação pela ocupação, combustível do capitalismo.

Do século V ao XV a Europa vive a partir do colapso Romano, numa sociedade de modelo feudal, onde embora possam citar as monarquias, essas acabavam sendo somente mais uma peça em todo esse intrincado tabuleiro político, lotado de nobres ociosos que dominavam grandes porções de terra, como também o fazia, o clero e pessoas que, geralmente, por meios militares conseguiam ascender a tal patamar, todo o resto da sociedade ficava preso a terra tendo como direito básico sua permanência naquele feudo, onde sob pesados impostos produziam ao senhor. Então, dentro deste processo, o monarca passava a ser somente mais um senhor feudal.

Neste exercício podemos observar diferenças de comportamento social em diversas regiões. Principalmente nas periféricas que, por sua localização geográfica no litoral, são favorecidas ao comércio, como é o caso da Itália, Flandres, Portugal entre outros. Também possui relevância o fato de ocorrerem invasões em algumas partes, o que acaba por provocar um nível maior de organização de uma monarquia forte.

Entretanto, para entendermos a mudança de processos, torna-se fundamental a compreensão do colapso do exercício anterior, que para muitos historiadores, são: a peste, a guerra e a revolta das massas.

Por volta do século XIV, entretanto, todo esse processo de crescimento entra em colapso. Os fatores que tem sido apontado pelos historiadores como principais responsáveis por esse reflexo do desenvolvimento econômico são: a peste negra, a Guerra dos 100 Anos e as revoltas populares. Essa crise do século XIV tem sido também denominada de Crise do Feudalismo, pois acarretou transformações tão drásticas na sociedade, economia e vida pública na Europa que praticamente diluiu as últimas estruturas feudais ainda restante e reforçou, de uma forma irreversível, o desenvolvimento do comércio e da burguesia (SEVCENKO, 1988, p.6).

E inegável que estes três fatores são realmente importantes dentro da questão final do sistema feudal, pois como observamos nos últimos anos do feudalismo, acontecimentos que terminaram por contribuir para esses no futuro - como a liberação de servos que leva a formação dos burgos, aglomerados urbanos ao redor dos feudos que sem estrutura física, sanitária entre outras favoreceu a possibilidade da peste, oriunda de roedores proliferados no meio das populações urbanas, o que levou a enorme mortandade, bem como as guerras, em especial o conflito anglo-franco que perdura por mais de um século e dizima tal como a peste inúmeras vidas. Então, ao investigar o último fator, as revoltas, podemos tecer uma rede de ligações com os demais, bem como observar uma teia de acontecimentos que o levaram a cabo.

Contando então com uma taxa de mortalidade altíssima (pela peste, guerras, e lógico, uma redução de produção direta), a fim de não diminuir seus estoques, é imposto por parte dos senhores feudais, um maior peso nos tributos, gerando insatisfação. Outro ponto que leva direto a isso é a escassez do solo - saturada por mais de mil anos de uso contínuo. Partindo desse princípio, os antigos tributos feudais (corvéia, talha,

banalidades, etc) pagos em espécie, passam a ser substituídos por uma nova lógica monetária. A nascente capital passa a se tornar alvo de todos os elementos sociais que, tradicionalmente, eram denominados de clero, nobres e servos. Aos nobres senhores das terras, também conhecidos como senhores feudais, com representatividade local privilegiada por gerações de domínio fundiário, é fundamental uma renda oriunda de moeda. Os servos ainda presos a terra passam a vender força de trabalho e/ou produtos. Essa adaptação da nobreza a um novo paradigma econômico ajuda a solapar o decadente feudalismo.

Então, com o vazio deixado por esse sistema, começa a surgir uma mudança lenta e gradual, dos limites ao centro: o Capitalismo. Com o enfraquecimento da nobreza oriunda da crise do século XIV, as monarquias saem fortalecidas, pois deixam de ter os ideais de lealdade e honra, começando a agir de forma mais absoluta garantindo o negócio aos burgueses, a classe emergente e enriquecida pelo comércio. Assim, o monarca passa a atuar como um chefe militar, arrendatário de terras, garantidor de compromissos fiscais e jurídicos. A nova ordem social emergente, uma ordem de mercadores que passa a dominar o tempo, levando este ao patamar de produto negociável desvinculando a vida e o calendário das imposições da igreja católica, ou no mínimo, promovendo ruídos nesse estratagema. Eram tempos de efervescência em todos os setores sociais.

Como citado, as monarquias assumem um novo papel, retomam o controle sobre todo o território, a garantindo o trânsito dos comerciantes e seus interesses, e deles, recebendo impostos. Tendo como função também a defesa nas guerras, ou mesmo, a promoção delas em caso de interesse do comércio, característica que foi decisiva ao fortalecimento do capitalismo e que perdura como tática dele até os tempos pós-modernos. Além de uma criação que era necessária ao comércio e fundamental ao novo formato de estado que surgia, a burocracia estatal, onde o estado se comporta como uma empresa, contábil e administrativamente eficiente, que tinha o Rei seu controle decisivo. “Deve, pois um Príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem ter outra coisa como prática, senão a guerra, seu regulamento e sua disciplina, porque essa é a única arte que se espera de quem governa” (MAQUIAVEL, 2010, p.54).

De tudo isso, não poderia ser outro o resultado, de instruções vindas de nada menos que dos escritos de Nicolau Maquiavel ao Duque de Urbino, Lourenço de Médici, O Príncipe. Obra dedicada a dar respostas a questões anteriores, o estado absoluto. Tal estado neste momento contou então com um muito eficiente manual de respostas a falidas tentativas de organização social e a novos desafios destas organizações que estavam a surgir dentro do novo bojo das sociedades europeias, que Maquiavel viria a chamar de estado.

Desta observação deriva a concepção weberiana, hoje tornada *communis opinio*, do Estado moderno definitivo mediante a dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força (BOBBIO, 1987, p.69).

Neste caso coube a Maquiavel as mais diversas recomendações acerca da manutenção e controle do que chamou de estado, sendo necessário ao príncipe (entende-se governante), medidas que fogem as regras da ética e da moral, mesmo da época. No entanto, era fundamental que isso não viesse a público, pois deveria o Príncipe parecer sempre forte, altivo e inspirado, para tal era válido mentir, fingir e dissimular.

Todos compreendem o quanto seja louvável a um Príncipe manter a palavra dada e viver com integridade, não com astúcia; contudo observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que houve Príncipes que fizeram grandes coisas, mas em pouca conta tiveram a palavra dada, e souberam pela astúcia iludir os homens, separando enfim os que foram leais (MAQUIAVEL, 2010, p.63).

Em observação, jamais deveria o Príncipe governar sozinho, de certo cercar-se-á de ministros, aos quais deveria tratar com mais bônus e subornos possíveis pois, entendia Maquiavel que, a lealdade deve ser comprada, afinal não se trata de um dom natural, logo sendo necessário o suborno e a riqueza ao ministro para que este estivesse em satisfação e livre de novas ambições. Quanto ao povo, deveria ser o mais cruel possível, embora devesse tentar mostrar com isso piedade. Recomenda-se ser temido em desfavor de ser amado, pois o amor se troca, no entanto, o medo se mantém e traz consigo uma eficácia na dominação maior que qualquer outra técnica. E assim, para um maior sucesso em suas empresas, deve servir-se sempre da religião e dedicar-se a uma piedosa crueldade (MAQUIAVEL, 2010). Com todas estas informações e baseado nas necessidades da sociedade já não mais satisfeita com as regras anteriores, novos ventos varem a Europa trazendo consigo o que seria o novo tipo de contrato que dominaria o pensamento ocidental.

No soprar destes ventos, uma nova visão de mundo nasce, onde o Homem passa a ocupar o centro da vida. Digo “da vida”, pois esse movimento não negava a Deus, porém o enxergava de uma maneira nova, rompendo com toda a tradição e delegando ao Homem, o que é natural, e a Deus, o que é divino. Não seria de se esperar que esse processo não sofresse reação, e sofreu por parte da igreja, que tentara recuperar o espaço perdido. Ainda neste sentido, vem a favorecer o novo pensamento os reformadores da religião, que por premissa tomam por prática a não interferência no civil, ficando a religião mais pura. Pura não no sentido de santidade, mas no sentido de desvinculação política - mais tarde observaremos essas práticas por parte dos reformadores, com a união a governos e interferências impostas e sofridas. Para a reforma religiosa, principalmente na região nórdica/germânica, torna-se fundamental a formação dos novos estados, e assim, concluiriam de vez o rompimento com o clero católico que representava continuidade. Em muitos casos, tomando a religião reformada como oficial, o que era encarado como ato de afirmação, uma vez que estes reformadores eram mais receptivos as novas idéias que, orbitavam em torno do sistema monetário comercial, enquanto a igreja romana perdia posição e por isso, se opunha ferrenhamente a nova ordem.

Como tudo que é novo, esse movimento cria mecanismos para uso de afirmação e poderíamos observar inúmeros deles. Talvez um dos mais importantes seja a arte que, até o momento, ficava ligada quase exclusivamente a arte religiosa, sendo a partir de então, objeto de intenso uso por parte da burguesia enriquecida pelo comércio e que necessitava de consolidação no âmbito da sociedade, e para tal, o combate à cultura que deveria ser suplantada era importantíssimo. As figuras mais ricas faziam suas encomendas a pintores famosos com idéias já concebidas, o que nos leva a entender que, neste processo, nada era por acaso, não se tinha ali um ato de inspiração artística, mas sim um ato de propaganda da pessoa quem encomendou um produto e não uma obra de arte simplesmente. Tais pessoas, os mecenas, eram considerados como protetores das artes e cultura. “Esses financiadores de uma nova cultura, burguesia, príncipes e monarcas, eram chamados de mecenas, isto é, protetores das artes” (SEVCENKO, 1988, p.25).

No entanto, não podemos deixar de reconhecer que esta necessidade de uma propaganda eficiente, levou a um aperfeiçoamento qualitativo extraordinário do que se tinha como obras de arte antes dela.

A dramaturgia, a escrita de peças e obras literárias significou um importante movimento de simbiose com o que se vivia nas esferas política e econômica. Política por conseguir incutir a possibilidade de uma língua laica, abandonando muitas vezes o latim tradicional. E econômica, por estabelecer a circularidade de moedas, produtos e serviços nos recém-criados países europeus. Com esse alcance burguês na vida, direta ou indiretamente, de todos na nação, delineou-se um caminho propício a fomentação de uma consciência de classe, basilar a mudança de paradigmas tradicionais.

Outro memorável invento deste período que nos chegou é a forma de governar e de manter o poder, que deve ser feito a qualquer custo e sem medir/mensurar o esforço ou mesmo o déficit social provocado.

Entretanto, o aumento da prosperidade econômica das cidades mercantis ao longo de todo esse processo não contribuiria para reforçar essa solidariedade entre as classes urbanas. Ao contrário, as guildas e corporações mais bem sucedidas em seus negócios passam a gozar de uma situação tão favorável que lhes permite manipular as instituições da nova república a seu gosto, através do suborno, da fraude eleitoral e da corrupção administrativa (SEVCENKO, 1988, p.46).

Ao anatomizar toda essa narrativa fica clara e evidente uma imensa ligação entre passado e atualidade, onde as bases para o novo convívio social foram postas, não somente na questão da evolução humanística, mas também no ponto onde podemos visualizar um concreto desprezo ao ser humano que ficava fora das classes favorecidas, bem como uma severa manipulação dos meios, a fim de manutenção perpétua do poder.

Como tínhamos, neste período, o início do fortalecimento comercial na Europa que numa fase de transição severa, encontra-se num estágio de acomodações de poder, que se ligava diretamente o dinheiro, então ficava em evidência os donos das casas comerciais, que mesmo com a manutenção do sistema republicano em



algumas cidades, a maioria delas, como por exemplo, na Itália, se colocavam acima de qualquer estatuto e lei, dominando de forma arbitrária todo o corpo administrativo local e moldando-o aos seus interesses particulares. Como esta nova ordem que entrara em vigor, os intentos comerciais vão dominando toda a Europa onde cada vez mais penetra e conquista, chegando o tempo em que, devido a aceitação e a dinâmica, que é natural ao comércio e logo ao sistema capitalista, os produtos locais já não atende à demanda, os metais preciosos tornam-se escassos na Europa, bem como a dificuldade das rotas comerciais que a ligavam Ásia e se lançam a novos desafios, era necessário vencer o mar.

Neste contexto, a igreja católica já intentava participar deste processo. Então, em privilégio aos reinos, ainda fieis a primazia de Portugal e Espanha, partem a novas rotas comerciais e por isso, a novas terras e descobertas, cabendo neste contexto a colonização do que se tornaria a América. Tanto portugueses quanto espanhóis fundam em terras “americanas” colônias, que se baseavam na exploração e ao atendimento das necessidades comerciais européias.

Para atender tais intentos, no novo mundo, cria-se um modelo de exploração que difere do sistema implantado na Europa. Dentro deste modelo coube a dizimação de povos e a escravização de muitos outros. Nascia então um novo modelo de civilização, baseada no que há de mais perverso dentro do sistema de exploração comercial ou capitalista, onde as oligarquias com poucos dominavam muitos. Esta dominação que começa com o uso da força excessiva, onde tudo era justificado afim da dominação, inclusive a justificativa da ausência de humanidade nos dominados e escravizados, que a partir desta premissa não se omitiam em matar e torturar com o intuito da exemplificação. Mesmo com o fim, após a dominação dos europeus estas civilizações, forjadas aqui com base na escravidão e na violência, permanecem quase imutáveis, onde as práticas desumanas se perpetuam, pois em quase todos os casos, os que governam o fazem com o objetivo de manutenção de elites que remontam ao período colonial.

Ainda que seja defendida a idéia de continuidade da ligação cultural aos colonizadores, considera-se que as mazelas perpetuadas aqui, seriam herança de um modelo de ordem política posta em prática nos países colonizadores e que, a corrupção seria instrumento da política colonizadora (FAORO, 2000). Não seria considerada prudente uma linha de raciocínio similar, pois há de se considerar que as oligarquias que aqui existem, aqui mesmo se formaram, tendo em vista que as normas representativas nas colônias não se ligavam as da metrópole. Como por exemplo, podemos citar a escravidão que, tida como base da sociedade colonial, nem mesmo existia na península ibérica, ou pelo menos, em sistema similar ao aqui desenvolvido.

Considerando então que estas sociedades se desenvolveram com regras próprias, ainda que impostas, impossível tarefa seria compará-las com as demais, inclusive as que regras ditadas por aqui. Essas sociedades forjadas na escravidão, onde bem dividida em classes, sempre haverá a quem oprimir e as difíceis mudanças

entre as classes econômicas, coloca em desvantagem o que menos tem, típico do sistema escravista. A escravidão acabou. Então, todo este sistema de opressões também, imaginaria o “leigo”. Entretanto, devemos estar atentos aos fatos: como se organiza nossa sociedade hoje? Como é dividida a riqueza em seu seio? Qual a reação e relação das classes em tempos atuais?

Em resposta a esses e outros questionamentos observamos a mudança nas estruturas de manutenção de poder. Onde antes era suficiente e possível a pura e simples divisão em classes econômicas, hoje já existe contestação. E assim, surge a idéia fantástica, talvez a mais inteligente e eficaz estratégia de dominação de todos os tempos dentro do sistema capitalista: a divisão em classes sociais; onde é possível ao dominado sentir-se dominador, bem como entender a “superioridade” dos mais ricos. As classes sociais são vistas como uma questão de merecimento por depósito cultural (SOUSA, 2017).

Essa dominação por divisão em classes sociais e a idéia do depósito cultural se mostrou tão eficaz que serviu, e serve, ao interesse de manipulação entre nações, encontrando até mesmo dentro das próprias nações “dominadas” defensores.

O culturalismo tornou-se uma espécie de “senso comum internacional” para a explicação das diferenças sociais e de desenvolvimento relativo no mundo inteiro. O instante de ouro do culturalismo foi a entronização da modernização produzida especialmente nos EUA no segundo pós-guerra e disseminada no mundo inteiro. Ela explica precisamente o porquê de algumas sociedades serem ricas e adiantadas e outras pobres e atrasadas. (SOUSA, 2017, p.16).

Para sedimentar esse pensamento, Raymundo Faoro (2000) entre outros escritores brasileiros, compara a colonização dos EUA com a brasileira: onde o depósito cultural dos colonos protestantes individualistas seria o motivo da riqueza americana, enquanto que, a colonização brasileira, de exploração, seria culpada das mazelas de nossa sociedade, assim justificando o que é considerado racismo cultural.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos o movimento renascentista com a sua real importância e ao observar com o devido cuidado, nos deparamos com uma situação bastante singular, ou seja, não é possível enquadrar o renascimento em um retilíneo eixo. Embora esse processo tenha acontecido e atingido toda a Europa, o fez em tempos e maneiras distintas, ficando cada região resguardada ainda nas suas peculiaridades.

Fato é que a estrutura de poder medieval, alicerçada no binômio “Clero x Nobreza”, não garantiram suas maiores funções para com a sociedade, ou seja, não promoveram a proteção desses nem espiritual, nem carnal, mediante todos os problemas que o modo de produção feudal em voga apresentava. No campo da mentalidade desse homem recém-moderno, os padres não rezaram o bastante, os nobres não administraram bem a propriedade e esse feudo não satisfazia as necessidades que o fazia existir. A

burguesia, o Estado Moderno e o Capitalismo surgiam como numa súplica fervorosa numa oração desesperada. A sociedade estava criando um novo Estado. A verdade absoluta religiosa se abria à ação do homem, ao Humanismo.

Entretanto todo este processo, que ainda se encontra em vigor ou até mesmo em desenvolvimento, produziu uma sociedade que vive em constante disputa, fato que levou a explorações e subjugamentos de povos devidos a interesses comerciais, tornando-os reféns de idéias já mortas na Europa. Forjando sociedades desiguais, que se baseiam em discriminação social e generalização de pobreza, bem como na perpetuação de poucos no poder por muito tempo e agravando ainda mais essa situação. Conseqüentemente, tornando nações ideologicamente fracas e, por conseguinte, de fácil dominação as nações ideologizadoras, favorecendo as desigualdades e eternizando uma escravidão social.

## REFERÊNCIAS

*BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 256.*

*FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. Vol.1. 10ª Ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 929.*

*MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Tradução: Lívio Xavier. 3ª Ed. São Paulo: EDIPRO, 2010, p. 96.*

*SEVCENKO, Nicolau. O Renascimento. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985, p. 74.*

*SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p. 240.*

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-283-8

